

OS DESAFIOS SOCIAIS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA ESCOLAR

Olímpio Cezar da Silva Neto¹

RESUMO

A violência escolar é mais uma forma de violência que representa a desarmonia da sociedade nos dias atuais. Trata-se de um problema cada vez mais complexo no cotidiano das instituições. Por esse motivo, não se pode dialogar sobre agressão no âmbito escolar isoladamente, sem situar vínculos entre o público e o privado, entre os comportamentos coletivos e os individuais, e na oposição das configurações familiares e condições comunitárias. Ademais, é necessário fazer alusão às diferenças de gênero e vivências daqueles que agredem ou são vítimas desses ímpetos, refletindo a cultura patriarcal e os problemas nas relações interpessoais. Como todos esses fatores estão inter-relacionados, a questão da violência é um problema complexo que exige conhecer diferentes fatores para compreendê-lo e abordá-lo. Desse modo, é perceptível que a violência escolar não é um evento isolado ou distante de outros tipos de violência, mas que representa um fenômeno que urge ser estudado levando em consideração uma multiplicidade de fatores que são derivados de uma situação evolutiva envolvendo os protagonistas, suas condições de vida e suas perspectivas de futuro. Para discutir sobre o tema da violência escolar, propomos, como metodologia de pesquisa, fazer uma revisão bibliográfica sobre o assunto.

Palavras – chave: Violência. Escola. Bullying. Família.

¹ Pós-Graduação (MBA) da Formação Faculdade Integrada, em curso ofertado mediante parceria estabelecida entre o Instituto Formação com a Secretaria Municipal de Educação de São José de Ribamar. Graduado em Educação Física – Lic. e Bel., Especialista em Medicina do Esporte, Psicomotricidade, Atendimento Educacional Especializado com Ênfase em Educação Especial Inclusiva, Docência no Ensino Superior, Psicopedagogia, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho e Medicina do Esporte, MBA em Desenvolvimento de Pessoas e em Processos Educativos e Metodologias Híbridas, Mestrando em Ciências da Educação. E-mail: olimpiocezar@hotmail.com

ABSTRACT

School violence is yet another form of violence that represents the disharmony of current society. This is an increasingly complex problem in the quotidian life of educational institutes. Therefore, it is not possible to dialogue about aggression in the school context educationally solely, without establishing links between the public and the private, between collective and individual behavior, and in the opposition of family configurations and community conditions. In addition, it is necessary to allude to gender differences and the experiences of those who attack or are victim of those impulses, reflecting the patriarchy and problems in interpersonal relationships. As all these factors are interrelated, the issue of violence is a complex problem that requires knowing different factors in order to understand and address it. In this way, In such wise, It is noticeable that school violence is not an isolated event or far from other types of violence, but that it represents a phenomenon that urgently needs to be throughout studied taking into account a multitude of factors that are derived from n evolutionary situation involving the protagonists, their living conditions and their prospects for the future. To discuss the theme of school violence, we propose, as a research methodology, to carry out a bibliographical review on the subject.

Keywords: Violence. School. Bullying. Family.

1 INTRODUÇÃO

A violência escolar faz parte do cotidiano das instituições de ensino. É um tema atual, que tem ganhado importância pela frequência com que ocorre, por suas consequências pessoais e sociais e representa um fenômeno cuja complexidade não pode ser analisada com uma única perspectiva, metodologia ou abordagem.

No campo da saúde, essa intolerância tem sido analisada como um problema médico, psicológico e físico. A partir da sociologia, entende-se como um fato social que afeta a convivência no ambiente escolar e transcende a família, a comunidade e os espaços sociais. Além disso, a esfera judicial a vê como um comportamento antissocial de menores, com pouco ou nenhum ajuste, entre outros (MADEIRA, 2016). Então, para a sua análise, é necessária uma reflexão coletiva na qual seja possível visualizar os fatores que a influenciam, mas também os que a podem impedir.

A violência escolar é reflexo da decomposição da sociedade, no quadro de um Estado de direito débil, de uma estrutura socioeconômica incapaz de satisfazer as necessidades básicas da população e de uma ruptura do tecido social que desencadeia a luta por espaços alternativos de sobrevivência e reorganização sociopolítica (MADEIRA, 2016).

Não é possível falar de violência escolar de maneira isolada, sem estabelecer vínculos entre o setor público e o privado, entre comportamentos coletivos e individuais, e tendo em vista aspectos do ambiente familiar e comunitário. Faz-se imprescindível aludir às diferenças de gênero e às histórias de vida de quem agride ou é vítima de agressão, bem como levar em conta a cultura, as relações interpessoais, etc.

O objetivo deste trabalho é mostrar algumas situações de violência sociocultural, familiar e individual que podem ser fatores de risco e potencializadores da violência escolar, visto que tudo o que acontece ou não nesses contextos influencia direta ou indiretamente o ambiente escolar. Por isso, se olharmos apenas para a violência escolar, estaremos olhando apenas a ponta do iceberg de um problema muito mais amplo, onde os tipos de violência se influenciam mutuamente. É, portanto, uma questão bastante complexa.

2 A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

Um dos maiores problemas enfrentados pela pesquisa sobre violência escolar tem sido a própria definição do problema. Mesmo dentro do mundo disciplinar, não tem sido possível chegar a um acordo sobre o que se entende por violência escolar e quais são suas manifestações mais características. A definição não pode ser exata, cientificamente, pois existem diferentes tipos de violência, e o que pode ser violento para uma pessoa pode não ser para outra. A noção do que são comportamentos aceitáveis e inaceitáveis, ou o que

constitui dano, é influenciada pela cultura e sujeita a revisão contínua, conforme os valores e as normas sociais evoluem (SCHILLING, 2015).

Para além do debate conceitual, a análise e compreensão da violência escolar tem primórdio em diferentes abordagens: das vítimas, do agressor e das testemunhas; da interação e problemas entre iguais; do contexto familiar e do cultural; da dinâmica das instituições; das consequências e dos efeitos nas pessoas, entre outros (SCHILLING, 2015).

A violência tem sido classificada de acordo com as formas em que se manifesta; as mais comuns são: violência física e verbal, direta e indireta, ativa ou passiva (quando não se presta a ajuda necessária ou se omite ações sabendo do dano que poderia ser causado). Mas existem manifestações às quais, pelas suas características, se dá um nome particular: violência de gênero, assédio sexual, violência doméstica, bullying, assédio psicológico, violência escolar, etc. E também existem algumas formas de violência mais difundidas entre os jovens (idade em que se é estudante), como o tráfico de drogas e seus derivados, assassinatos ou lesões por acerto de contas, roubos, associações criminosas, entre outros (FALEIROS, FALEIROS 2008).

A maior parte das pesquisas sobre violência escolar centra-se, fundamentalmente, no estudo do fenômeno conhecido como bullying², traduzido como “violência escolar entre pares”. No entanto, é apenas um dos tipos de violência interpessoal que ocorre nos estabelecimentos educativos e, embora lhe tenha sido dada maior atenção, existem também outras que por definição não se enquadrariam no bullying, mas que podem ter consequências igualmente graves, como a violência interpessoal nas escolas ou violência de gênero (entre gênero e intergênero). Por isso, pode-se afirmar que a violência escolar não é exclusivamente o bullying, mas outros tipos de violência esporádica, violência de alunos contra professores, entre professores e entre pessoas envolvidas no ambiente escolar; assim como a violência interpessoal no campo da convivência escolar, que transcende o evento isolado e esporádico para se tornar um problema escolar relevante porque afeta as estruturas sociais nas quais a atividade educativa deve ocorrer: o ensino e a aprendizagem (MADEIRA, 2016).

² Um dos critérios mais utilizados para diferenciar violência e bullying é a frequência com que ocorre: a violência escolar acontece “alguma vez” e o bullying acontece com frequência. Nas palavras de Aquino (2017), a diferença reside no fato de que o bullying ocorre de forma repetitiva, sistemática e com a intenção de causar dano ou prejudicar alguém mais fraco; enquanto a violência escolar tende a ser eventos esporádicos, mas com as mesmas consequências.

A sala de aula é considerada um espaço de construção de identidades, porém, o que nela acontece é reflexo do que acontece fora, seja nas relações familiares, nas ruas, na comunidade, no país. Portanto, as inter-relações que ocorrem entre os alunos são produzidas e reproduzidas a partir das experiências prévias de cada um em relação ao mundo externo, mas também com o subjetivo do grupo (MADEIRA, 2016, p. 34).

É uma pena que quanto mais se convive com a violência, mais se aprende a tolerá-la e até a vê-la como algo natural. Cunha, Weber e Steiner (2009) advertem que quando a violência passa a fazer parte do ambiente, diminui a possibilidade de reconhecê-la e, portanto, é introjetada por quem a vivencia como algo natural; para adverti-la, é preciso que aumente, só é reconhecida em sua nova expressão porque o resto já faz parte do que é dado e, pelo que é dado, ninguém se surpreende.

Em vista disso, não é de estranhar que todos os dias os noticiários noticiem casos de violência em diferentes partes do país. De maneira análoga, a violência é vivida em todos os lugares e a violência escolar, em especial, é um reflexo do que é vivenciado ordinariamente, uma ponte entre o poder e a humilhação.

3 FATORES QUE PODEM CONTRIBUIR COM A FREQUÊNCIA DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

A violência escolar ocorre com maior frequência entre alunos-alunos e professores-alunos, embora também possa ocorrer entre alunos-professores e professores-professores. Para analisar o problema a partir de uma abordagem mais ampla, pode-se utilizar a perspectiva ecológica, que trata das condições de risco e proteção nos níveis complexos da interação indivíduo-ambiente, a partir da qual a prevenção pode ser desenhada com atividades para melhorar tanto o ambiente quanto sua representação, e as possibilidades que os alunos têm, incluindo os ambientes onde passam suas vidas (escola, família, lazer etc.), as conexões entre esses ambientes, a mídia e o conjunto de crenças e estruturas da sociedade. Existem diferentes níveis em que a violência faz parte da vida cotidiana, tanto nas relações sociais em contextos microssociais quanto macrossociais (LOPES NETO, SAAVEDRA, 2013).

Faleiros e Faleiros (2008) apontam que a violência contra a mulher ocorre no âmbito do casal, família, trabalho e escola; e a violência emocional é a que mais se registra no casamento, na família e em terceiro lugar na escola. A violência física se manifesta primeiro no casamento e depois na escola, situação que ocorre da mesma forma para a violência sexual.

É em meio a este contexto que professores, estudantes, famílias e demais protagonistas da educação trabalham para avançar no

desenvolvimento do processo educacional, na esperança de construir um futuro melhor. Diante disso, a violência, seja na comunidade, na família ou na escola, deve ser enfrentada em todas as suas formas. Um primeiro passo é reconhecer sua existência, buscando os contextos e situações em que a violência possa estar “escondida” ou silenciada. A partir desse primeiro passo, que é possivelmente o mais difícil, a escola pode pensar em estratégias efetivas de intervenção e prevenção (FALEIROS, FALEIROS 2008, p.35).

A violência no ambiente escolar é um problema sério, na qual intercedem outros tipos de violência, em outras áreas, e podem ocorrer simultaneamente.

Este é um exemplo dos tipos de violência que ocorrem em diferentes áreas da vida, embora se deva referir que não são exclusivas, uma pessoa pode sofrer todos os tipos de violência, em todas ou quase todas as áreas da sua vida. Assim, para se ter um amplo panorama da violência que é produzida e reproduzida nas escolas, é necessário conhecer alguns fatores escolares, individuais, familiares e sociais que influenciam direta ou indiretamente esse tipo de violência.

3.1 FATORES ESCOLARES

O MEC (Ministério da Educação) (2018) considera que os fatores de risco na violência que surge nas salas de aula decorrem da falta de regras e limites na instituição e das poucas relações afetivas entre colegas, professores e gestores (BRASIL, 2018).

Os resultados obtidos sobre o bullying entre pares refletem que certas características da escola tradicional contribuem para este problema e dificultam a sua superação, tais como:

1) a tendência a minimizar a gravidade das agressões entre colegas, considerando-as inevitáveis – principalmente entre os adolescentes –, ou como problemas que devem aprender a resolver sozinhos, sem a intervenção de um adulto, para fazer-se mais forte; 2) o tratamento tradicionalmente dado à diversidade, agindo como se ela não existisse. Com base nisso, pode-se explicar que o fato de ser minoria, de ser percebido como diferente, de ter um problema ou de se destacar por uma qualidade invejada aumenta a probabilidade de ser escolhida como vítima de assédio com apelidos ou isolamento, entre outros; 3) insuficiência da resposta que a escola tradicional costuma dar quando se gera violência entre estudantes, que deixa as vítimas sem a ajuda de que precisariam para sair da situação, e que costuma ser interpretada pelos agressores como um apoio implícito (LOPES NETO, SAAVEDRA, 2013).

Faleiros e Faleiros (2008) apontam até mesmo que o funcionamento satisfatório da instituição escolar se baseia na aplicação de certa violência legítima, que nada mais é do

que o nome de medidas de controle e disciplina escolar.

Uma análise realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) entre os países membros relata que 40% dos alunos já foram vítimas de bullying, 25% receberam insultos e ameaças, 17% agrediram e 44% sofreram algum episódio de violência verbal, violência psicológica, física e através das redes sociais (BRASIL, 2018).

Outrossim, Cunha, Weber e Steiner (2009) mencionam que um maior número de alunos do ensino fundamental e médio foram vítimas de violência, em comparação com aqueles que declararam ter participado de atos violentos. Em linhas gerais, destacaram que há maior propensão à violência entre os alunos do sexo masculino (embora não exclusivamente) e mais velhos em relação ao seu grupo; sua vida escolar é irregular (repetências, notas baixas e mudanças frequentes de escola); pertencem a famílias com uma maior incidência de conflitos; seus pais estão menos conscientes do que fazem fora da escola; e não moram com nenhum dos pais ou apenas com o pai.

Cunha, Weber e Steiner (2009) destacaram que os professores que percebem mais violência fora da escola também a identificam dentro da instituição. Esta correlação entre os índices de violência permite concluir que o contexto social da escola ocupa um lugar de primordial importância na manifestação do fenômeno da violência.

Esses estudos enfatizam que a violência escolar é uma das muitas formas de violência vividas no país e que não ocorre isoladamente, mas está inter-relacionada com outros tipos de violência. Daí a necessidade de conhecer melhor o contexto sociocultural das relações interpessoais próximas e pessoais, que auxilia na compreensão da violência na escola.

3.2 FATORES INDIVIDUAIS

Os fatores individuais, os quais são inerentes à pessoa, como sexo, características físicas, biológicas e fisiológicas ou história pessoal, influenciam o comportamento dos indivíduos e aumentam suas chances de se tornarem vítimas ou autores de atos violentos. Entre os fatores que podem ser medidos ou rastreados incluem características demográficas (idade, escolaridade, renda), transtornos mentais ou de personalidade, abuso de substâncias e histórico de comportamento agressivo ou abusivo (BRASIL, 2018).

Tanto as vítimas quanto os agressores apresentam particularidades que permitem o exercício da violência. Aquino (2017) aponta que entre as características mais frequentes observadas em alunos que praticam bullying com seus colegas, destacam-se: uma situação social negativa, embora tenham amigos que os acompanham em seu comportamento violento; uma acentuada tendência a abusar de sua força (tendem a ser fisicamente mais fortes do que os outros); são impulsivos, com poucas habilidades sociais, baixa tolerância à

frustração e dificuldade em seguir regras; estabelecem relações negativas com os adultos e têm baixo rendimento, problemas que aumentam com a idade.

No caso das vítimas, Aquino (2017) explica que elas se caracterizam por uma situação social de isolamento, na qual vale a pena considerar sua baixa assertividade e dificuldade de comunicação; conduta passiva; medo da violência e manifestação de vulnerabilidade (não conseguir se defender de intimidações); ansiedade, insegurança e baixa autoestima, o que se relaciona com a tendência observada em algumas pesquisas com vítimas passivas, de se culpar por sua situação e até mesmo de negá-la.

As estatísticas nacionais registram o suicídio e as lesões autoinfligidas que levam à morte como situações características de violência. Existe um padrão que indica diferenças significativas por idade e sexo; segundo dados do IBGE (2008), das mortes por violência a nível nacional, 4,4% foram por suicídio (1,6% nas mulheres e 7,3% nos homens). Os adolescentes e jovens dos 15 aos 24 anos ocupam o primeiro lugar nos setores vulneráveis, seguidos pelos adultos e idosos, no entanto, tem sido detectado um aumento nas crianças com menos de 10 anos. Em todos os estados do país, os homens são os que mais cometem suicídio (LOPES NETO, SAAVEDRA, 2013).

Sem entrar em detalhes sobre as causas do suicídio, chama a atenção o fato de haver mais homens do que mulheres, quando ficou demonstrado que a principal causa do suicídio está relacionada à depressão, sendo essa mais frequente neles. É um alerta para analisar o que acontece com os homens, quais situações de gênero estão presentes, quais fatores pessoais e culturais os levam a exercer o máximo de violência contra si mesmos.

Em relação aos homicídios, também são os homens que mais morrem por esta causa, principalmente entre os 20 e os 39 anos. Novamente, esse índice pode estar ligado às diferenças de gênero, aos estereótipos e às masculinidades, uma vez que permitem e estimulam o exercício da violência para reforçar esses padrões comportamentais (SCHILLING, 2017).

3.3 FATORES FAMILIARES

A composição e estrutura familiar, bem como a dinâmica que nela se estabelece, influenciam a aprendizagem de comportamentos, atitudes, orientações culturais, valores, ideias e crenças nas fases iniciais da vida das crianças. É precisamente no ambiente familiar que ocorre a primeira e mais importante aquisição de padrões afetivos, de comportamento e de socialização. Na família aprende-se a reconhecer e respeitar ou não os direitos das outras pessoas, e se transmite as expectativas e comportamentos esperados para cada um dos seus membros, situações em que posteriormente se refletem no ambiente escolar (CUNHA; WEBER; STEINER, 2009).

Para algumas pessoas, o vínculo afetivo que as une com aqueles com quem

convivem pode se tornar uma prisão, cujas paredes são mais difíceis de pular do que as de qualquer prisão real. Desde os primeiros anos, através de padrões de comportamento nos lares, o indivíduo aprende que a violência é uma forma rápida e eficaz de resolução de conflitos, no quadro de uma evolução histórica que a revela como um comportamento aprendido que se transmite de geração em geração, através de vias habituais como família, escola e socialização (LOPES NETO, SAAVEDRA, 2013).

Vários autores apontaram que os fatores de risco familiares incluem: o número de pessoas que moram na casa; relacionamento filial pobre; estresse; desintegração familiar; baixo nível socioeconômico; violência doméstica; deficiente controle e supervisão de filhos, habilidades ineficazes em sua formação; evasão escolar; desemprego; presença de armas na casa, entre outros (LOPES NETO, SAAVEDRA, 2013).

Para Cunha, Weber e Steiner (2009), um fator importante é não estabelecer regras claras e consistentes no comportamento dos filhos, aceitando comportamentos agressivos. Além disso, se as práticas de vitimização ou abuso por parte de seus cuidadores ocorrerem em casa, haverá maior chance de a prole desenvolver comportamentos coléricos e ser sujeitado à violência em outros ambientes.

Embora os episódios esporádicos de agressão ocorram em todos os cenários da vida, um número considerável de seres humanos vive sob maus-tratos diretos ou indiretos de outros seres humanos de quem esperam receber amor, amizade ou, pelo menos, respeito e tratamento correto. Em um estudo realizado por Aquino (2017) foi demonstrado que os filhos ou filhas que mantêm um relacionamento afetivo com seus pais e mães são mais aptos socialmente.

Aquino (2017) menciona que, entre os principais antecedentes familiares de agressores, tendem a destacar-se: a ausência de uma relação afetiva calorosa e segura entre os pais, especialmente a mãe, que manifesta atitudes negativas ou pouca disponibilidade para cuidar da criança; dificuldades em ensinar o respeito pelos limites, combinando a permissividade em face de comportamentos antissociais com o uso habitual de métodos autoritários e coercivos, recorrendo em muitos casos ao castigo corporal.

Por meio da educação familiar, devem ser garantidas à criança três condições básicas, das quais depende sua qualidade, e que contribuem para a prevenção de qualquer tipo de violência: 1) uma relação afetiva calorosa, que oferece segurança sem proteção excessiva, uma vez que a insegurança pode ser causada tanto pela falta de proteção quanto pela proteção excessiva, que transmite medo e desamparo; 2) um cuidado atento, adequado às necessidades de segurança e autonomia que mudam conforme a idade; 3) uma disciplina consistente, sem cair no autoritarismo ou na negligência, que ajuda a respeitar os limites e a estabelecer relações baseadas no respeito mútuo, a antítese da violência e do modelo de dominação- submissão em que se baseia (MADEIRA, 2016).

A violência vivenciada nas famílias de origem pode ser um gatilho para permitir, tolerar, produzir e reproduzir a violência nas relações conjugais; ou seja, aprende-se a

conviver com a violência e essas situações são toleradas nas relações –sentimentais – de um casal. Quando a violência é vivenciada na família de origem, fortalece-se a existência de violência em outras esferas, como a conjugal, social e até escolar.

3.4 FATORES SOCIOCULTURAIS

É notório que fatores culturais culminam no castigo corporal de meninos e meninas e no suposto direito do marido de controlar sua esposa, haja vista que essas são práticas culturais aceitas na sociedade brasileira, onde predomina a cultura machista.

Um dos resultados mais reiterados nos estudos sobre violência é que os homens a utilizam com mais frequência e intensidade do que as mulheres, diferença que se manifesta desde a infância em qualquer contexto, inclusive escolar, e está diretamente relacionada com os estereótipos masculinos tradicionais, nos quais o valor dos homens está associado ao domínio, controle absoluto e violência (MADEIRA, 2016).

As opiniões sobre os papéis masculino e feminino também são indicadores de que os comportamentos tradicionais relacionados à divisão de gênero continuam a ser reproduzidos na sociedade brasileira. Lopes Neto e Saavedra (2013, p. 27) relatam que:

Das mulheres com 15 anos ou mais com episódios de violência por parte do parceiro nos últimos 12 meses, 17,7% concordam que uma esposa deve obedecer ao marido ou companheiro em tudo o que ele mandar, 64% consideram que o homem deve arcar com todas as despesas familiares, 15,4% aceitam que é obrigação da mulher ter relações sexuais com o marido ou companheiro, 2% indicam que o homem tem direito de bater na mulher, 17,9% afirmam que os pais têm direito de bater nos filhos e 29,3% concordam que se houver espancamento ou abuso em casa é um assunto de família e deve permanecer.

Com esses resultados, pode-se entender o porquê de a violência continuar sendo produzida e reproduzida não só dentro das famílias, mas também em outras esferas como a social e a escolar. Os estereótipos de gênero continuam a atribuir condições de superioridade aos homens em relação às mulheres, decidindo o que devem ou podem fazer, as encarregando das tarefas de reprodução, cuidado, e que em alguns casos, permite violência contra elas e seus filhos e filhas.

Estas situações evidenciam uma condição de violência estrutural porque existe uma estrutura social que em si é repressiva, exploradora ou alienante; muito dura ou muito negligente para o bem-estar das pessoas. Violência à qual se soma a violência cultural, um conjunto de mitos, de glórias e de traumas, ou seja, construções sociais que sustentam uma série de crenças (LOPES NETO; SAAVEDRA, 2013).

A violência social que se vive no país é outro dos fatores que intervêm na violência escolar, já que atualmente existe um período de violência dentro das mesmas comunidades e nas ruas. O crime tem muitas manifestações, que podem ir desde o tráfico de drogas e crime organizado, até assaltos e roubos. Segundo Aquino (2017), entre os principais crimes estão o roubo ou assalto na rua ou transporte público e extorsão; e na maioria dos casos os homens relatam um maior número de ocorrências. Vale ressaltar que na categoria “outros crimes” o número de mulheres é maior que o de homens, e é aí que se encontram os crimes sexuais, geralmente voltados a elas.

Segundo a pesquisa nacional de vitimização e percepção da segurança pública de 2014, a população de 18 anos reconhece a ocorrência de comportamento criminoso no entorno de sua casa; entre os principais estão o consumo de álcool na rua, roubos e assaltos, uso de drogas, participação em gangues e venda de drogas (AQUINO, 2017).

Um importante segmento da população percebe o comportamento criminoso e a violência no meio social onde vive, razão pela qual existe uma situação de insegurança, a mesma que se reproduz em diferentes âmbitos, como trabalho, família ou espaços públicos. Infelizmente, a pesquisa apresentada por Aquino (2017) não pergunta sobre a incidência de atos criminosos nas escolas, porém, como ocorre no trabalho, nas empresas, na rua e na própria casa, presumivelmente ocorre da mesma forma nas instituições escolares.

O maior número de crimes ocorre na rua, no transporte e em locais públicos (AQUINO, 2017); mais uma vez é corroborado que a violência social no Brasil é grave e que, sendo as escolas espaços públicos, a violência ocorre em condições semelhantes.

4 CONCLUSÃO

Destarte, é inegável que a violência escolar não se caracteriza por um evento isolado e distante de outros tipos de violência. A violência em instituições educacionais é um fenômeno que precisa ser estudado levando em consideração uma gama de fatores derivados da culminância dos indivíduos, de suas condições de vida e suas perspectivas de futuro.

Como foi abordado nas referências apresentadas, a violência familiar, social, pessoal e escolar é recorrente. Além disso, tendo em vista que esses são os espaços onde indivíduos aprendem e apreendem comportamentos de convivência, reproduzindo a tolerância ou o exercício da violência, tal idiosincrasia que se ecoa no ambiente escolar.

Assim, para entender a violência escolar e/ou o bullying, é necessário conhecer o contexto em que as pessoas se desenvolvem ou sofreram outros tipos de violência – na sua família de origem ou na sua comunidade –, os estereótipos de gênero que seguem arraigados, entre outros fatores.

A violência escolar é reflexo do que se vive em outros espaços próximos, por isso é necessário um trabalho conjunto (profissional, pessoal, social, cultural) para criar ambientes familiares mais saudáveis.

Portanto, exige-se um Estado mais forte, onde as normas sejam postas em prática, as leis sejam respeitadas e as medidas mais eficazes. É muito importante considerar as condições de gênero, pois as desigualdades e as práticas culturais têm reproduzido situações de violência tanto para mulheres quanto para homens, mas sua concepção é diferente e, portanto, afetam cada um de maneiras variadas.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Julio Groppa. **Do cotidiano escolar**. Ensaios sobre a ética e seus avessos. São Paulo, Summus editorial, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, Imprensa Oficial, 2018.
- CUNHA, J. M.; WEBER, L. N. D.; STEINER, P. **Escala de Agressão e Vitimização entre Pares**. In: WEBER, L.N.D.; DESSEN, M. A. (Orgs.). Pesquisando a família: instrumentos para coleta e análise de dados. Curitiba: Juruá, 2009.
- FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege**: enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.
- LOPES NETO, A. S.; SAAVEDRA, L. H. **Diga não para o Bullying**: programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes. Rio de Janeiro: ABRAPIA, 2013.
- MADEIRA, Felícia Reicher. **Violência nas escolas**: quando a vítima é o processo pedagógico. São Paulo: Editora Moderna, 2016.
- SCHILLING, Flávia. **Sociedade da insegurança e violência na escola**. São Paulo: Editora Moderna, 2015